

## **As delimitações da avaliação em larga escala na educação básica nacional**

Carmem Lucia Albrecht da Silveira (UPF)  
[carmem.albrecht@hotmail.com](mailto:carmem.albrecht@hotmail.com)

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (UPF)  
[rosimaresquinsani@upf.br](mailto:rosimaresquinsani@upf.br)

### **1 Introdução**

O resumo em pauta apresenta um excerto da pesquisa de doutorado na qual foi estudado o protagonismo dos organismos internacionais mediado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) na gestão educacional brasileira e publicado em documentos dos meios midiáticos. Tem o objetivo de discorrer sobre a trajetória funcional da avaliação em larga escala realizada na educação básica como um dos pontos teóricos discutidos na Tese mencionada. Apresenta uma abordagem qualitativa pautado pela análise teórica de referenciais bibliográficos dos seguintes autores: Werle (2010), Santana (2018), Schneider e Nardi (2019) e Silva (2012). A avaliação em larga escala designa um processo avaliativo para examinar e qualificar os estudantes, as instituições e a organização educacional, e pode ser realizada por equipes técnicas ou de consultoria, contemplando uma parte ou o conjunto das instituições dedicadas à educação

### **2 Desenvolvimento**

A centralidade política da avaliação em larga escala, origina-se nas mobilizações das reformas educacionais, em âmbito global, e que tem sido objetivada para monitorar o desempenho dos estudantes mediante o processo avaliativo e dos currículos padronizados, ambos voltados a ampliar e aprofundar a responsabilização das escolas, dos gestores e dos professores. A avaliação em larga escala (sempre externa), nas palavras de Werle (2010, p. 22), designa um

[...] procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis do sistema.

A avaliação em larga escala se caracteriza por um perfil de amplitude em que a metodologia aplicada se destina a apreender aspectos peculiares e que facilitem a mobilização de esforços, no sentido de buscar o aperfeiçoamento dos contextos. Ela própria, nem melhora e nem piora a qualidade da educação, não transforma as manifestações pedagógicas ou os quefazeres dos professores e das escolas e nem os aspectos técnicos e administrativos dos sistemas educacionais. A função destas avaliações é a de fornecer dados numéricos e que podem ser utilizados para desencadear reflexões relativas ao “funcionamento e de como está sendo realizada a educação no conjunto dos sistemas. Elas delimitam aspectos a serem avaliados e fornecem dados apenas sobre eles. [...] as avaliações em larga escala têm um foco muito definido” (WERLE, 2010, p. 23), mas que não invalidam ou eliminam outras formas de avaliação escolar.

Na educação básica nacional contemplam o planejamento seguido da implementação, da interpretação e divulgação dos resultados por agências externas aos sistemas educacionais. O “objeto de avaliação são os sistemas escolares, as escolas, as redes de escolas de diferentes mantenedoras, e estão em consideração os resultados da aprendizagem, não o processo de aprendizagem, os recursos disponíveis e as condições de trabalho e dos professores” (WERLE, 2010, p. 24). Estas avaliações apresentam caráter longitudinal e possibilitam a comparabilidade recorrente à intervenção central das instâncias governamentais (federal, estadual e municipal) encarregadas por financiar, desenvolver e planejar as avaliações através de suas equipes ou mediante a contratação da prestação de serviço técnico de agências especializadas.

As avaliações ocorrem, geralmente, em período bianual e avaliam o desempenho dos alunos da educação básica quanto ao letramento em leitura, em matemática e recentemente em ciências. Os resultados tomam caráter quantitativo e são segmentados por regiões, estados, municípios, redes e escolas, zona urbana e rural, mantenedoras públicas ou privadas, níveis de ensino e anos (séries) determinados. Para facilitar a comparabilidade e o ranquiamento entre as categorias avaliadas, a divulgação dos dados é apresentada por tabelas e gráficos e estão diretamente vinculados ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (WERLE, 2010).

Os indicadores produzidos por estas avaliações são utilizados pelos gestores governamentais para justificar políticas, prestar contas à sociedade quanto a transparência da aplicação de recursos públicos e para redefinirem políticas e planos de ação de sistemas e de escolas. A “avaliação em larga escala no Brasil se desenvolve num quadro panorâmico mundial de disseminação de tais mecanismos, uma contaminação propiciada por organismos e projetos internacionais” (WERLE, 2010, p. 26), entre os quais está a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Na organização da educação básica brasileira existem três dimensões de avaliação em larga escala e que são referenciadas “como planos de segmentação e superposição aos processos que se desenvolvem em âmbitos federal, assim como, nos estados e em alguns municípios” e incorporados ao fenômeno mundial de monitoramento educacional (WERLE, 2010, p. 26). As modalidades de avaliação em larga escala que ocorrem nos sistemas de educação nacional seguem os indicativos dos parâmetros da qualidade, das políticas de descentralização, da avaliação do produto identificado nos resultados e de tornar público o desempenho dos sistemas escolares.

Atua como mecanismo provedor dos investimentos, do controle dos conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas e como incentivadora da competitividade e da *accountability* (Estado avaliador). A *accountability* é definida como o modelo de prestação de contas para a sociedade e voltada para a responsabilização dos resultados, ou seja, contempla a quem presta contas e a quem as solicita (SCHNEIDER, NARDI, 2019). A introdução da *accountability* na educação remonta a década de 1990 com o objetivo de controlar os serviços prestados na educação pública. Basicamente, tem a função de responsabilizar e culpabilizar a escola pelos resultados produzidos, sendo que no “Brasil as maiores consequências têm recaído sobre os docentes e dirigentes escolares”. (SCHNEIDER, NARDI, 2019, p. 66).

As decisões políticas para a educação encaminhadas por agências internacionais, como é o caso da OCDE, convergem entre a forma do avanço da economia, das “demandas advindas da utilização das tecnologias e as funções atribuídas a educação obrigatória dos países. [...] as escolhas políticas, incidem sobre a educação, seja na gestão, no currículo, na formação dos professores, e/ou no financiamento” (SILVA, 2012, p. 92).

A instituição se encarrega por produzir expertises voltadas à assistência técnica, cuja finalidade destina-se a orientar as políticas de ação do Estado.

A categoria das avaliações internacionais representa a oportunidade de o “Estado obter informações pormenorizadas sobre o sistema educacional, realizar comparações intra e interpaíses e corresponsabilizar administradores e funcionários das escolas pelos resultados produzidos” (SCHNEIDER; NARDI, 2019, p. 74). Por sua vez, o sistema de avaliação formalizado no Saeb e em sintonia com o Ideb revela a capacidade de regulação do Estado brasileiro, normatizado pelo PNE - Lei 13.005/2014, o qual determina práticas de avaliação, geração de índices e divulgação dos dados.

### **3 Considerações Finais**

O excerto aqui apresentado leva a considerar que a educação passou a ser considerada como um serviço e não como um direito. A escola como uma organização e não como uma instituição (SANTANA, 2018). A execução da avaliação em larga escala se beneficia da funcionalidade da organização escolar e coloca na competitividade a centralidade criterial da concorrência entre as escolas, os professores e os contextos sociais, ressignificando a escola através da oferta e procura da concorrência do mercado.

### **Referências**

SANTANA, Andréia C. M. A constituição do Estado avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, José C.; SANTANA, Andréia C. M. (Orgs.). *Avaliação da educação – referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

SCHNEIDER, Marilda P.; NARDI, Elton. *Políticas de accountability em educação – Perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização*. Ijuí: editora Unijuí, 2019.

SILVA, Maria A. Agências, instituições e organizações internacionais atuam nas decisões de políticas para a educação básica pública? In: IOSIF Ranilce G. *Política e governança educacional – Contradições e desafios na promoção da cidadania*. Brasília: Universa: Líber Livro, 2012.

WERLE, Flávia O. C. *Avaliação em larga escala – foco na escola*. Brasília: Liber Livro, 2010.